

JORNAL DO SERVIDOR

POR
REDAÇÃO

Ilustração / Imagem gerada por IA



Margem deve cair para 40% de imediato até atingir 30%

Desenrola 2.0 reduz limite do consignado para servidores

O programa Desenrola 2.0, que entrou em vigor na segunda(4) altera as regras do crédito consignado para servidores públicos e beneficiários do INSS, com redução gradual do limite de comprometimento da renda. Hoje fixada em até 45% (30% para empréstimos consignados tradicionais + 5% para cartão de crédito consignado e + 5% para cartão benefício), a margem deve cair para 40% de imediato, com diminuição progressiva até atingir 30% ao longo dos próximos anos. A mudança também elimina a reserva exclusiva para o cartão consignado, que passa a disputar o limite total disponível. O objetivo é reduzir o nível de endividamento e reorganizar o uso do crédito com desconto em folha, que vinha sendo amplamente utilizado por essas categorias.

Pressão por negociação coletiva

Servidores públicos e centrais sindicais realizam mobilização em Brasília pela aprovação do PL 1.893/2026, que regulamenta a negociação coletiva no setor público. A proposta estabelece regras para o diálogo entre governo e categoria, com reuniões periódicas, etapas definidas e participação sindical. Um requerimento de urgência apresentado na Câmara pode acelerar a tramitação do projeto e intensificar a pressão por sua votação.

Divulgação / Freepik



0,67% dos servidores tem alguma deficiência física

PCDs somam 1,38% do funcionalismo

Levantamento feito pela Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), entidade que representa servidores federais, mostra que pessoas com deficiência somam 1,38% do funcionalismo, com 16.654 vínculos ativos. Do total, 55,96% estão no Ministério da Educação. Entre os tipos, 17,12% têm Transtorno do Espectro Autista (TEA), 6,4% visão monocular, 5,47% deficiência auditiva parcial, 2,94% são surdos e 0,67% tetraplégicos. Os dados são do Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos(MGI).

Revisão Geral anual em São Paulo

A Prefeitura de São Paulo propôs reajuste de 3,51% para servidores, pelo quarto ano consecutivo, com base no IPC-FIPE. O aumento será aplicado em duas etapas, com possibilidade de antecipação. A medida terá impacto de cerca de R\$ 1,1 bilhão ao ano e beneficia servidores ativos, aposentados e pensionistas, reforçando a política de valorização e recomposição salarial da categoria.

Salário de R\$ 11,5 mil

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais abriu concurso com 342 vagas para cursos de formação de oficiais e soldados. Os salários iniciais variam de R\$ 5,3 mil a R\$ 11,5 mil, conforme o cargo. As inscrições vão de 18 de maio a 17 de junho, pela banca IDECAN, responsável pela organização do certame.

Bombeiros de MG

O processo seletivo exige nível superior e idade máxima de 30 anos para participação. As provas objetivas estão previstas para julho, com etapas distintas para oficiais e soldados, além de testes físicos e avaliações complementares. As taxas de inscrição variam de R\$ 106 a R\$ 230, conforme o cargo escolhido.

Greve I

O prefeito de Florianópolis, Topázio Neto (Podemos), apelou em suas redes sociais para que os servidores municipais encerrem a greve. Segundo ele, a mobilização "não se justifica". O TJSC ordenou que a greve parasse em 24 horas e definiu a greve como ilegal. O Sindicato optou por seguir com a paralisação.

Greve II

Os Servidores paralisados estão recebendo penalização salarial, com descontos nos dias não trabalhados. A greve ocorre após a categoria rejeitar proposta apresentada pela gestão. De acordo com o sindicato, não houve avanço em pontos principais e as negociações foram encerradas. "Fica aqui o meu apelo, que o sindicato tenha bom senso".

Academia I

O Instituto Federal da Bahia (Ifba) inaugurou uma academia gratuita com acompanhamento e suporte do aplicativo MFit Persona para estudantes, servidores e trabalhadores terceirizados no campus de Salvador. A ação busca reduzir o estresse e a ansiedade, além de aumentar a energia, foco e disposição.

Academia II

Comportando de 8 a 10 pessoas, a academia funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 20h20. Para utilizar a academia, é necessário realizar um cadastro por meio de um QR Code disponível no local. O acesso é feito por ordem de chegada. Caso atinja a lotação máxima, os usuários devem aguardar a liberação.



CNU 2 registrou 761.528 inscritos e disponibilizou 3.652 vagas

Escolha de lotação do CNU 2 termina hoje

Mais de mil candidatos foram convocados pelo governo

Andre Souza

Termina nesta terça-feira (5) o prazo para que os aprovados ao cargo de analista técnico-administrativo da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU 2025) manifestem a preferência pelo local de lotação. O procedimento pode ser feito até as 23h59 (horário de Brasília), exclusivamente pelo site ou aplicativo SouGov.br.

A convocação foi publicada nesta semana pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) no Diário Oficial da União e contempla mais de mil candidatos. Além da publicação oficial, os participantes também foram informados por e-mail no endereço cadastrado no momento da inscrição no certame.

A manifestação de preferência se aplica apenas aos convocados para esse cargo específico e não se estende aos demais postos do concurso, realizado em outubro e dezembro do ano passado. O preenchimento da lista de municípios não é obrigatório. Caso o candidato não indique suas escolhas, caberá ao MGI definir a lotação conforme o interesse da administração pública federal.

Durante o processo, os aprovados podem selecionar, em ordem de prioridade, as localidades disponíveis para exercício. O edital estabelece que essa escolha será considerada uma manifestação formal de aceitação, inclusive quando

envolver cidades fora das capitais.

Os candidatos poderão ser distribuídos entre até 36 órgãos federais, com vagas em diversas regiões do país. Para a definição da lotação, o governo adotou critérios como a prioridade para pessoas com deficiência (PCD), o respeito à ordem de classificação e a alternância entre ampla concorrência e vagas reservadas, conforme a legislação vigente.

A distribuição final levará em conta a disponibilidade de vagas nos órgãos públicos, o interesse manifestado pelos candidatos e a classificação obtida no concurso. Em casos de nomeação para Brasília ou capitais estaduais, não será possível recusar a vaga — a desistência implicará exclusão do processo. Já para municípios fora dessas localidades, o candidato só poderá ser designado para cidades previamente indicadas.

Sobre o CNU

O CNU é um modelo de seleção unificada criado pelo governo federal para centralizar concursos públicos em uma única prova, permitindo que candidatos disputem vagas em diferentes órgãos. A primeira edição, realizada em 2024, reuniu mais de 2 milhões de inscritos e ofertou cerca de 6,6 mil vagas em todo o país. Já a segunda edição, referente a 2025, registrou 761.528 inscritos e disponibilizou 3.652 vagas, com ampliação das carreiras incluídas no certame.